

A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA SOB A REGÊNCIA DA POLÍTICA NEOLIBERAL

Maria Clea Ferreira Monteiro¹
Gledson Bezerra Magalhães²
Maria das Dores Mendes Segundo³

RESUMO

A conjuntura da política educacional no Brasil demonstra um forte alinhamento com a política neoliberal que mais marcadamente a partir da década de 1970 ganhou centralidade nos países de economia periférica devido à crise estrutural do capital. Assim, percebe-se um avanço do capital na legislação educacional brasileira com vistas a encontrar saídas para sua crise de acumulação através da privatização e a mercantilização da educação pública. Para exemplificar a referida legislação utilizamos a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do ensino médio, ambas subsumidas às perspectivas empresariais. Nessa perspectiva, são discutidos criticamente as obras de Marx (2013), Mészáros (2002, 2011), Jimenez *et al* (2009) e Bianchetti (2001) através do percurso metodológico do estudo teórico-bibliográfico. Podemos concluir que a centralidade dessa política neoliberal é o rompimento das barreiras do capital e sua participação na política educacional trata-se de uma estratégia para a retomada das taxas de lucro, fazendo da educação da classe trabalhadora seu veículo para saída da crise.

Palavras-chave: Política educacional brasileira, Política neoliberal, Mercantilização da educação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de refletir sobre a política educacional brasileira e sua conformação com a política neoliberal, bem como entender como esta política se materializa em uma legislação marcada pela privatização e a mercantilização da educação pública. Investigar tais políticas, perpassa obrigatoriamente por evidenciar as principais intervenções da política internacional na educação brasileira, destacando os influxos de um dos principais representantes do capital internacional, o Banco Mundial.

O atual contexto sócio-político do Brasil é marcado por diversas reformas educacionais que visam, de modo aparente, atualizar as práticas pedagógicas, de modo que, são adotadas, desde a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) até a reforma do ensino médio, medidas que pretendem modernizar os conteúdos escolares para os discentes

¹ Professora da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Email: mariaclemaf@gmail.com

² Professor da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Email: gl_magalhaes@hotmail.com

³ Professora associada da Universidade Estadual do Ceará (UECE) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Orientadora. Email: mendessegundo@uol.com.br

do século XXI, jovens proativos, arrojados, autônomos, empreendedores, flexíveis, capazes de se adequar as novas demandas do mercado.

Entretanto, essas mudanças não foram propostas dentro do campo educacional, pelo contrário, grande parte dos educadores reunidos em sindicatos⁴, associações e movimentos sociais, se colocaram em oposição à tais reformas. Diante do exposto, iremos discorrer brevemente sobre o contexto da implementação das políticas neoliberais e os interesses do empresariado no campo educacional brasileiro numa tentativa de contribuir com o debate acerca da privatização da educação pública básica e do ensino superior.

O cenário brasileiro caracteriza-se pelo elevado índice de desemprego⁵, pelas reformas trabalhistas e da previdência em curso, e a promessa de um ajuste fiscal caracterizado por medidas de austeridade sem precedentes. Essas ações não são exclusivas do cenário brasileiro, fazem parte do contexto internacional de crise econômica, ainda mais agravada em países emergentes.

Marx (2013) afirma que o capitalismo - atual forma que o capital apresenta para a máxima valorização do valor, ou seja, para a conversão de um objeto com uma determinada utilidade em mercadoria, logo depois da sua circulação, a conversão em capital para então extrair mais-valor e por fim valorizar esse valor – para existir, engendra uma série de crises, por ser estruturalmente um sistema contraditório em sua natureza.

Em outras palavras, a sociedade regida pelo capital para garantir sua existência e perpetuar seus mecanismos expropriação e exploração requer crises econômicas constantes para recuperar a taxa de lucro perdida pelo processo de superprodução de mercadorias. Assim, de acordo com o autor supracitado (1983, p.188) essas crises configuram-se como “apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado”.

De acordo com Mészáros, atualmente estamos vivenciando não mais crises cíclicas como no passado, mas uma crise estrutural do capital, onde “o capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as

⁴ Como exemplo de instituições que se mostraram contrárias as reformas educacionais da BNCC e do ensino médio podemos citar ANDES, ANPAE, UBES, CNTE, SBPC, PROIFES, CUT, CTB, CONIF, Intersindical, CEDES, ANFOPE, ABdC, Abrapec, dentre outros.

⁵ A taxa de desemprego no Brasil corresponde a treze milhões de pessoas, segundo dados divulgados em junho de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números de subutilizados e desalentados, aqueles que desistiram de procurar emprego, atingiram o auge de toda a série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. O registro do trabalho informal também é o maior da série. Dessa forma, falta trabalho para 28,5 milhões de brasileiros. Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24908-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-3-e-taxa-de-subutilizacao-e-25-0-no-trimestre-encerrado-em-maio-de-2019>. Acesso em ago/2019.

necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 800). A referida crise, que se apresenta a partir da década de 1970, se caracteriza por ser universal, global, prolongada e rastejante, afetando a totalidade dos complexos sociais numa escala de tempo permanente, de maneira gradual, atingindo todo o globo.

Conforme Marx (2013), o modo de produção da vida material condiciona a construção de todo o arcabouço social do homem e assim extrapola a barbárie concebida do campo econômico para a totalidade da vida social, afetando todos os demais complexos sociais, bem como a educação. Desse modo, o capital que, segundo Mézáros (2002), tem como objetivo sua autorreprodução, na tentativa de resolver as contradições desse sistema econômico contraditório, em sua natureza, coloca em movimento um série de medidas neoliberais a partir de teses de Friedrich Hayek e Milton Friedman cujas ideias dentre muitas liberais, defendem a prática do livre mercado e do livre comércio, além de reivindicar a atividade limitada do Estado, a não ser que seja em seu próprio interesse, pois nesse caso impõe um Estado forte⁶. Sobre esse processo Antunes (2009, p. 33) destaca

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

De acordo com Bianchetti (2001), a política neoliberal defende a privatização, a descentralização, a concorrência e a abertura dos mercados nacionais e a redução o papel do Estado na sociedade, com isso, transfere sua responsabilidade para o setor privado como também para organizações não governamentais, desregulamentando, assim, suas atividades.

No campo produtivo, entrou em vigor a acumulação flexível, marcadamente caracterizada pelo toyotismo, cujo modelo industrial baseava-se em romper com o modelo anterior do fordismo de produção em massa e implantar uma produção adequada à demanda; a redução dos estoques; diversificação dos produtos fabricados; automatização de etapas da produção; mão de obra mais qualificada e multifuncional; e o sistema *just-in-time*. A medida que os países entravam em crise econômica, paulatinamente, adotavam medidas do toyotismo,

⁶ Mézáros (2002, 2011) em suas obras *Para além do Capital* bem como *A Crise Estrutural do Capital*, traz inúmeros exemplos de como o Estado intervém na economia com o intuito de salvaguardar os interesses do grande capital através da compra de títulos ativos fracassados. Assim, podemos citar o caso dos US\$ 92 bilhões que o governo estadunidense utilizou para subsidiar empresas como a *General Motors*, *Ford* e *Chrysler*, somente em 2006.

mais acentuadamente a partir da década de 1970, de modo a afrouxar os direitos trabalhistas e as condições de trabalho, além de elevar o número de desempregados e terceirizados, pois com a automatização do processo industrial muitos trabalhadores foram dispensados e os que permaneceram precisaram executar diferentes funções dentro da empresa. Tem-se o germe da necessidade do trabalhador proativo que performa com qualidade e é reconhecido como colaborador exemplar do mês.

Esse ideário político-econômico neoliberal rebate na educação por meio da sua mercantilização. Assim, o complexo da educação é chamado a ser "produção social da força de trabalho, dotando os alunos de capacidades, competências, habilidades, conhecimento e qualidades pessoais que podem ser expressas e despendidas no trabalho capitalista" (HILL, 2003). De acordo com Jimenez, Rabelo e Mendes Segundo (2009) trata-se, portanto, de uma adequação da educação aos valores de mercado, sob a coordenação de organismos internacionais, tais como FMI, Banco Mundial, BIRD, dentre outros, que funcionam como agências de monitoramento da agenda neoliberal nos países de economia periférica, interferindo diretamente na legislação educacional desses países. Desta feita pode-se inferir que a

educação e os processos de formação escolar são direcionados para a qualificação profissional, ou seja, que se subentendem unicamente como preparação para o mercado de trabalho. Uma das finalidades do trabalho docente, articulado ao processo de trabalho capitalista, passa a ser o disciplinamento para a vida social e produtiva em que o trabalho pedagógico fica subordinado à esfera de produção, onde o professorado insere-se na linha de montagem, e sua função primeira é preparar os filhos da classe trabalhadora para o mercado de trabalho. O tempo de aprendizagem não tem valor por si mesmo, é simplesmente uma preparação para a verdadeira vida. (FRIZZO, 2016, p.2)

Nesse contexto, estão inseridas as atuais reformas educacionais brasileiras que reduzem a educação ao mundo do trabalho capitalista de modo a aumentar a produtividade e com isso retomar as taxas de lucros do passado. Assim, a Base Nacional Comum Curricular e a reforma do ensino médio traduzem a educação no seu caráter neoliberal, descentralizados do Estado e com ampla participação do setor privado.

METODOLOGIA

No que se refere à escolha metodológica, optamos trilhar pelo referencial teórico e metodológico onto-marxiano, por buscar apreender o real em suas determinações essenciais. “Captar a realidade em sua totalidade não significa, portanto, a apreensão de todos os fatos,

mas um conjunto amplo de relações, particularidades e detalhes que são captados numa totalidade que é sempre uma totalidade de totalidades” (KOSIK, 2010, p. 4).

Partir do método do materialismo histórico-dialético nos permite compreender os processos sociais como históricos, inclusive com o homem como o sujeito ativo, sujeito criador dessa história, que constrói e é por ela modificado. Marx, a partir de Hegel, organiza um método cujo foco de pesquisa é o próprio objeto a ser pesquisado, diferente dos teóricos de seu tempo, o referido autor parte da imediatividade do cotidiano para capturar as determinações essenciais que formam aquele objeto, independente da subjetividade do pesquisador.

Dessa forma, após apreendê-lo da realidade faz um caminho de abstração do processo histórico com o objetivo de captar a lógica dos seus movimentos internos e por fim volta para a realidade de modo a confrontar com a realidade posta. O objeto após esses dois caminhos torna-se cheio de determinações de modo que seja possível se aproximar do real através de um amplo espectro analisado.

Diante disso, investigar hodiernamente as reformas políticas no campo educacional brasileiro através do percurso metodológico do estudo teórico-bibliográfico, realizando o exame sobre os textos referenciados, nos permite fazer uma elaboração do real mais aproximado da sua essência.

DESENVOLVIMENTO

A elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está prevista na Constituição Federal de 1988, bem como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. A Constituição prevê o estabelecimento de uma Base Nacional Comum nos seguintes termos “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, artigo 210). Enquanto a LDB dispõe que “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar [...]” (BRASIL, 1996, artigo 26).

A BNCC se configura como um “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017, p.7). O documento discorre sobre o conjunto de competências e habilidades que os alunos precisam desenvolver ao longo da vida escolar, baseadas em princípios éticos, políticos e estéticos

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN's) e ainda afirma que o objetivo precípua é a “formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”.

De forma aparente o Governo Federal pretende padronizar os currículos em escala nacional atingindo mais de 50 milhões de estudantes e de 2,2 milhões de professores em mais de 186 mil escolas particulares e públicas da Educação Básica em todo o país (INEP, 2017). No entanto, Macedo (2014) afirma que a elaboração da BNCC foi uma exigência dos organismos internacionais em alianças com instituições financeiras e empresas como Unibanco, Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação LEMANN, CENPEC, Todos pela Educação e Amigos da Escola. Ora, a quantidade de instituições financeiras e/ou não relativas ao campo da educação interferindo tão diretamente no planejamento e na elaboração das políticas educacionais, torna explícito seus interesses em garantir suas demandas mercadológicas.

Na realidade, tais instituições pouco (ou quase nada) entendem de processos pedagógicos, de formação omnilateral do sujeito ou mesmo sobre a importância da Arte na formação integral do aluno, elas ali se fazem presentes com o fim último de garantir um retorno financeiro. Tais ações reforçam a interposição do mercado na esfera pública cujo objetivo é atender aos interesses da iniciativa privada

A autora relata ainda sobre a oposição de especialistas e trabalhadores da educação durante o processo de consulta e debate durante a primeira e segunda versão da Base, mas que as discussões não foram suficientes para chegar a um acordo com o governo, que sob um discurso de democracia e gestão democrática, aprovou a Lei em pouco mais de um ano de negociação.

O contexto acima descrito também foi plano de fundo para a reforma do ensino médio cujas mudanças alteraram significativamente a LDB. A Medida Provisória nº 748/2016 foi sancionada em fevereiro de 2017 e passou por 567 emendas de deputados e senadores. Também em consonância com a crise estrutural global e com os organismos internacionais, tal reforma traz já para o ensino médio a flexibilização do currículo ao reduzir as disciplinas obrigatórias e inserir um itinerário formativo a escolha do estudante, sob a justificativa do governo da baixa qualidade do ensino médio ofertado no país e a necessidade de torná-lo atrativo aos alunos, face aos altos índices de abandono e de reprovação. Assim, a reforma flexibiliza o conteúdo que será ensinado aos alunos, reorienta a distribuição do conteúdo das treze disciplinas tradicionais ao longo dos três anos do ciclo, além de proporcionar um novo peso ao ensino técnico.

De maneira geral as principais mudanças com tal reforma são:

- A BNCC fará parte de 60% das matérias estudadas em sala de aula. O restante ficará reservado para uma das áreas específicas, também chamadas de itinerários formativos;
- A carga horária do ensino médio era definida em 800 horas anuais. Com a reforma, as escolas terão cinco anos para ampliar essa carga para mil horas anualmente, divididas em 200 dias letivos;
- Os estudantes terão que escolher um itinerário formativo no início do ensino médio dentre as áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas/Sociais e Formação Técnica/Profissional;
- As disciplinas de Educação Física, Artes, Filosofia e Sociologia não serão obrigatórias na BNCC.

Gradualmente, todas as escolas de ensino médio passarão para tempo integral, tendo seu horário ampliado para 1.400 horas, o equivalente a sete horas diárias. A meta do Plano Nacional de Educação (PNE) é que, até 2024, 50% das escolas e 25% das matrículas da educação básica sejam de tempo integral.

De acordo com o Ministério da Educação

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional.⁷

Para Mendes Segundo (2005), medidas como essas estão afinadas com a Teoria do Capital Humano que vê na educação a saída para o crescimento econômico, além de funcionar como protótipo da formação aligeirada da classe trabalhadora, conduzindo a um empobrecimento da formação desses jovens.

Nesse sentido, a formação por competências se volta muito fortemente para o atendimento das demandas do setor produtivo, pois os conteúdos disciplinares perdem espaço para a questão do protagonismo juvenil, onde o professor terá mais o papel de facilitador/acompanhante do processo de aprendizagem que o próprio aluno vai construir durante os três anos do ensino médio.

Outra questão contestável é a supervalorização da linguagem e da matemática, que são importantes, mas acaba por causar um enfraquecimento das demais áreas. Essa

⁷ Fonte: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em ago. 2019.

questão inclusive já adentrou o Ensino Fundamental nos anos iniciais com a implementação das avaliações externas nas áreas de Português e Matemática para as crianças do 2º e 5º ano.

Dentre diversos fatores aqui expostos, é possível compreender que a formação do sujeito integral está para além do seu campo profissional, este se configura como apenas um setor da sua vida. Entretanto, este sujeito também tem o direito de desfrutar de outros campos da esfera social, tal como a arte, a música, o esporte, as línguas estrangeiras, o desenvolvimento de alguma habilidade manual e demais atividades das quais o capital não se apropriou para que sejam desenvolvidas no mundo globalizado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tanto a reforma do ensino médio quanto a BNCC se alinham com perspectivas empresariais e conduzem a um empobrecimento da formação do jovem, principalmente o da escola pública. Isso se comprova na falta de medidas propostas para sanar os verdadeiros gargalos da educação, tais como financiamento, estrutura das escolas, evasão dos alunos, alto índice de repetência e condições de trabalho dos professores. Nenhuma medida foi capaz de contemplar algum desses itens. Além dos especialistas do campo educacional afirmarem que as mudanças deveriam ter sido discutidas abertamente com a sociedade, e não implementadas via medida provisória, no caso da reforma do ensino médio, ainda que os nove encontros que aconteceram para o debate da BNCC não terem sido suficientes para o diálogo entre instituições da sociedade civil junto ao governo.

As mudanças pretendidas por tais reformas não indicam uma melhoria na qualidade do ensino para os alunos de maneira geral, mas pelo contrário, com a retirada de tempo de estudo de disciplinas obrigatórias e a flexibilização do currículo materializada em 40% pelos itinerários formativos denota uma formação aligeirada e a ideia da antecipação da aplicação do conhecimento pelos jovens de modo que eles se sintam motivados a estudar. Essa lógica demonstra a intenção das instituições privadas, com a aquiescência do governo, em olhar para a educação como mais um campo para extração de lucro, como uma mercadoria a ser vendida e não de fato como o direito à educação pública de qualidade.

Como resultado de uma política neoliberal que abrange todas as áreas da sociedade e atinge de modo implacável a educação, temos graves consequências, mesmo elas já existindo antes dessas reformas, agora elas se mostram impiedosamente contra a classe trabalhadora. Podemos citar a formação menos abrangente e mais profissionalizante para uma formação de mais força de trabalho e menos consciência crítica, privatização do ensino tanto

das escolas como das universidades, produtividade e eficiência empresarial, parcerias com a sociedade civil, empresas privadas e organizações sociais, expansão do ensino a distância, dentro outros.

A função social da educação é em sua natureza diferente da função social de uma empresa. Assim, é impossível deslocar a lógica desta para aquela, mesmo que o governo e as instituições de direito privado que se beneficiam desse acordo digam que sim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resposta a toda essa conjuntura política-econômica que assola a realidade dos países periféricos do capital, a perspectiva deve ser da construção de projeto de educação que contemple a formação omnilateral do ser para que ele possa desfrutar do reino da liberdade de modo a apreciar a vida e não somente esteja submetido a condições de trabalho precarizado e desumano, isso quando há trabalho. No entanto, essa educação não consegue ser construída dentro dos moldes desse atual sistema econômico que tudo transforma em mercadoria, coloca valor e mercantiliza. Para tal feito, é necessário transformar as relações sociais de trabalho, por um fim na exploração do homem pelo homem a fim de que a humanidade consiga se desenvolver plenamente em toda a sua capacidade e potencialidade. Para Frizzo (2016, p. 223),

A perspectiva de construção de um projeto de educação classista e representativo da classe trabalhadora coloca-se como um horizonte importante para enfrentar a lógica empresarial de educação e apresentar um projeto construído através do interesse público.

A educação, nesse sentido, tem a árdua tarefa de instruir os jovens e a classe trabalhadora de maneira geral a uma tomada de consciência e a radical transformação do trabalho com vistas à emancipação dos homens.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 2ª ed. 10ª reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Base Nacional Comum Curricular. 2017. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/site/http://agbcampinas.com.br/site/wp-content/uploads/2017/08/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em ago. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em ago.2019.

_____. **Lei no 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em ago.2019.

FRIZZO, G. A reforma do ensino médio e os interesses de mercado na política educacional. Unisul, **Tubarão**, v.10, n.17, p. 215 - 224, Jan/Jun 2016.

HILL, D. “Global neo-liberalism, the deformation of education and resistance”. **Journal for Critical Education Policy Studies**, 1 (1), 1-33, 2003.

INEP. **Censo escolar da educação básica 2016:** notas estatísticas. Brasília: MEC, 2017.

JIMENEZ, S; MENDES SEGUNDO, M. D; RABELO, J. Educação para Todos e Reprodução do Capital. In: **Revista Trabalho Necessário**, n. 09, ano 7, 2009. p. 01-24. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario>. Acesso em ago.2019.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Trad. NEVES, Célia; TORÃBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, 2014.

MARX, K. **O Capital.** Crítica da economia política: Livro I: O processo de reprodução do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital.** Crítica da economia política: Livro III, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983

MENDES SEGUNDO, M. D. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil:** o FUNDEF no centro do debate. 2005. 234f. Tese (Doutorado em Pedagogia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** Tradução de Ana Carvalhaes. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Ed. Unicamp/Boitempo, 2002.